



Boletim Diário

Nº 07 17 de novembro de 2025

UNITED NATIONS CLIMATE CHANGE CONFERENCE

COP30 AMAZÔNIA

CUIDAR DO PLANETA PARA O FUTURO DA HUMANIDADE

BELÉM • BRASIL • 2025

Análise: Primeira Semana da COP30 — Promessa, Pressão e Lacunas Persistentes

A primeira semana de negociações da COP30 em Belém, Brasil, demonstrou otimismo cauteloso, avanços graduais em algumas áreas e frustrações crescentes, especialmente devido ao ritmo lento das negociações e à falta de consenso sobre questões-chave.

Principais Desenvolvimentos

- Os negociadores avançaram em discussões sobre financiamento climático, focadas na mobilização de US\$ 1,3 trilhão anuais até 2035 para países em desenvolvimento, porém sem consenso.
- As novas submissões e revisões das NDC apresentaram projeções encorajadoras de redução de emissões caso as promessas atuais sejam cumpridas, mas ainda insuficientes para manter o aquecimento global abaixo de 1,5°C.
- O Fundo de Perdas e Danos avançou operacionalmente, com atenção ao financiamento inicial e às conversas contínuas sobre modalidades e fontes de financiamento.
- Houve grande movimentação e diversos anúncios relacionados a soluções baseadas na natureza, proteção florestal e agricultura sustentável, apoiados por novos compromissos filantrópicos e do setor privado.

Áreas de Progresso

- A presidência brasileira da COP30 promoveu uma atmosfera colaborativa, transferindo temas sensíveis para consultas antecipadas e processos paralelos, reduzindo confrontos abertos e possibilitando discussões mais focadas.
- Houve progresso contínuo, embora modesto, na operacionalização de metas de financiamento e no fortalecimento do apoio à adaptação, impulsionados por novas iniciativas e maior atenção aos países vulneráveis.

Questões Desafiadoras

- As negociações enfrentaram dificuldades relacionadas ao Objetivo Global de Adaptação (GGA), com posições variando entre concluir um texto totalmente negociado imediatamente ou adiar por dois anos.
- As discussões sobre o Artigo 6 permaneceram altamente complexas, com preocupações relacionadas à credibilidade, integridade, brechas e dupla contagem, especialmente em créditos baseados na natureza.
- A frustração cresceu devido ao progresso lento, aos entraves procedimentais e às desigualdades causadas por delegações maiores de países ricos, enquanto muitos países em desenvolvimento se sentiram ultrapassados e sub-representados.
- Protestos públicos, especialmente de povos indígenas e ativistas climáticos, criticaram os atrasos, a proteção insuficiente da Amazônia e a falta de ambição na eliminação gradual dos combustíveis fósseis.

O Que Deve Acontecer na Segunda Semana

Com a chegada dos ministros, as negociações passam da redação técnica para a tomada de decisão política. Para evitar um resultado fraco, a Semana Dois deve:

- Transferir as discussões do nível técnico para o nível político de alto escalão, fundamental para superar impasses, especialmente em financiamento, adaptação e eliminação de combustíveis fósseis.
- Firmar acordos políticos claros e ambiciosos para ampliar o financiamento, fortalecer metas de adaptação e finalizar regras de mercado do Artigo 6.
- As Partes serão pressionadas a finalizar um rascunho do “pacote da COP,” que entregue resultados substanciais com foco em reduções de emissões baseadas em ciência, financiamento para perdas e danos e transições justas, com especial destaque para comunidades de fronteira e vulneráveis.

A primeira semana da COP30 revelou tom construtivo, ganhos incrementais e alinhamentos emergentes, porém a urgência ainda não corresponde à realidade. A credibilidade da cúpula dependerá de a segunda semana transformar otimismo cauteloso em compromissos mensuráveis que alinhem financiamento, ambição e justiça à escala da emergência climática.

Plenária de Avaliação da COP30 Abre Caminho para uma Segunda Semana Decisiva



A plenária de avaliação da COP30 encerrou a primeira semana revisando avanços e definindo prioridades para uma segunda semana decisiva. O presidente da COP30 relatou discussões iniciais produtivas sobre comércio, financiamento climático, trajetória para 1,5°C e metodologias de reporte de emissões.

Quatro áreas pendentes — financiamento, reporte de emissões, medidas comerciais e ambição vinculada a 1,5°C — estão em consultas conduzidas pela presidência e devem dominar as negociações da próxima semana.

Nenhum pronunciamento nacional foi feito devido ao tempo reduzido, sinalizando uma passagem de trocas amplas para negociação direta baseada em texto. Uma nota-síntese irá orientar os ministros no início das conversas de alto nível, incluindo a operacionalização do balanço global do ano anterior.

As questões principais à frente incluem triplicar o financiamento de adaptação até 2030, eliminar gradualmente os combustíveis fósseis, alinhar metas com o limite de 1,5°C e esclarecer a estrutura do chamado “Diálogo dos Emirados Árabes Unidos.” Os negociadores também avaliarão medidas climáticas relacionadas ao comércio, novos mecanismos de reporte e planos setoriais como descarbonização marítima, modernização de redes e armazenamento.

À medida que a COP30 passa da consulta para a negociação em Belém, o financiamento, os combustíveis fósseis e o comércio moldarão algumas das decisões mais complexas de uma semana política de alto risco.

Para Além das Negociações: Cúpula dos Povos Belém 2025 e sua Agenda de Justiça Climática



A Cúpula dos Povos, realizada em Belém, Brasil, entre 12 e 16 de novembro de 2025, paralelamente à COP30, reuniu mais de 1.000 organizações e aproximadamente 30.000 participantes, incluindo povos indígenas, comunidades tradicionais, movimentos sociais, redes de base e sociedade civil do mundo inteiro. As atividades ocorreram na Universidade Federal do Pará (UFPA) e em diversos espaços públicos da cidade, transformando Belém em um polo de diálogo climático popular, expressão cultural e mobilização política.

A Cúpula serviu como uma contra-narrativa às negociações oficiais, oferecendo espaço para aqueles que se sentem excluídos dos processos formais de tomada de decisão. Os participantes expressaram frustração com a baixa ambição governamental, a exclusão de comunidades da linha de frente e o avanço de respostas climáticas de caráter extrativista, mercantilizado e financeirizado, que perpetuam injustiça, aprofundam desigualdades e fortalecem o poder corporativo.

Os palestrantes enfatizaram justiça climática, direitos territoriais, soberania alimentar, soluções comunitárias e a necessidade de uma transição justa para além dos combustíveis

fósseis, ancorada em conhecimentos ancestrais e governança participativa. Atos simbólicos — como o Desfile de Barcos pelo Clima — reforçaram identidade, resistência e solidariedade entre diferentes lutas globais. Em vez de atuar apenas como oposição à COP30, a Cúpula se posicionou como força política mobilizadora e propositiva, apresentando alternativas transformadoras fundamentadas nas experiências de povos afetados.

Principais Demandas Destacadas na Declaração

A Declaração Final da Cúpula dos Povos apresenta um conjunto sólido de demandas sistêmicas, baseadas em direitos e de caráter anti-capitalista. Entre as mais fundamentais:

DECLARAÇÃO FINAL DOS POVOS...

- Rejeitar falsas soluções climáticas baseadas no mercado, incluindo a mercantilização e financeirização da natureza e do meio ambiente.
- Garantir direitos territoriais de povos indígenas, tradicionais e comunidades locais, incluindo demarcação de terras, proteção, desmatamento zero e restauração ecológica.
- Implementar soberania alimentar e agroecologia através de reforma agrária popular, garantindo acesso à terra e revertendo concentração e espoliação.
- Assegurar que soluções climáticas sejam lideradas por povos afetados, reconhecendo saberes ancestrais e governança comunitária.
- Encerrar a exploração e expansão de combustíveis fósseis, assegurando uma transição energética justa, soberana, popular e equitativa.
- Combater o racismo ambiental, especialmente em territórios urbanos periféricos, através de políticas de adaptação baseadas em direitos, moradia, saneamento e transporte público acessível.
- Acabar com guerras e militarização, redirecionando gastos militares para recuperação climática e reparações.
- Garantir reparações por perdas e danos e responsabilização por crimes socioambientais, incluindo consequências legais para corporações e tomadores de decisão.
- Taxar corporações e elites ricas, assegurando financiamento público para justiça climática e proteção social.
- Fortalecer direitos humanos de defensores ambientais, encerrando criminalização, perseguição e violência.

A Cúpula dos Povos posiciona a justiça climática não apenas como uma demanda ambiental, mas como uma luta política, econômica, cultural, feminista, territorial e anti-imperialista, afirmando que soluções verdadeiras surgem do poder popular, não de negociações hierárquicas nem de sistemas guiados pelo lucro.

COMPREENDENDO CONCEITOS-CHAVE DE NEGOCIAÇÃO NA COP30: DECISÃO DE COBERTURA E PROPOSTA MUTIRÃO

▪ Design de Cobertura (Cover Decision) na COP30

Na Semana Um da COP30, o futuro da decisão de cobertura — o texto político de alto nível que estabelece a narrativa e a ambição geral da conferência — tornou-se foco central, porém permanece sem resolução, sem acordo quanto ao seu escopo ou até mesmo à sua necessidade.

É importante destacar que, na COP30, “design de cobertura” não se refere à capa visual de um documento ou livreto, mas ao desenvolvimento, estrutura e conteúdo da declaração política final que pode integrar os resultados das negociações e indicar próximos passos da ação climática internacional.

O Que é a Decisão de Cobertura

A decisão de cobertura é um texto político, não vinculante, baseado em consenso, que:

- Resume resultados e prioridades compartilhadas da COP
- Sinaliza pontos não totalmente capturados por decisões técnicas
- Faz referência à ciência, à equidade, às lacunas de ambição e ao trabalho futuro
- Pode reconhecer novos marcos, como a rota financeira Baku-Belém
- Oferece impulso e direção diplomática entre COPs

Principais Debates

As Partes estão divididas quanto à existência ou não de uma decisão de cobertura, após experiências controversas recentes. Se adotada, alguns elementos requisitados incluem:

- Linguagem sobre eliminação / transição de combustíveis fósseis
- Compromissos financeiros mais fortes, especialmente para adaptação e perdas e danos
- Proteções de transição justa para grupos vulneráveis
- Linguagem alinhada à ciência sobre a lacuna de emissões
- Salvaguardas de integridade para o Artigo 6 e mercados de carbono, prevenindo “falsas soluções”

Alguns grandes países em desenvolvimento demonstram cautela diante de textos políticos que possam extrapolar mandatos, criar novas obrigações ou transferir responsabilidades, enquanto países vulneráveis e sociedade civil pressionam por linguagem urgente e baseada em ciência. A presidência brasileira afirmou que nenhuma decisão de cobertura será imposta sem consenso real.

Estado Atual do Design de Cobertura (Fim da Semana 1)

- Ainda não existe rascunho zero para o Design de Cobertura.
- As discussões ocorrem em paralelo a outras agendas e permanecem altamente politizadas.

- Observadores identificam certo impulso, mas alertam que o resultado pode ser fraco ou inexistente devido às divisões sobre combustíveis fósseis, financiamento e equidade.
- Uma atualização de status pode anteceder a negociação ministerial da Semana Dois.

A Semana Um trouxe debate ativo, porém sem avanços decisivos sobre a decisão de cobertura. A Semana Dois determinará se as Partes conseguem superar divisões políticas e entregar um sinal significativo e ambicioso — ou se a COP30 poderá terminar sem uma decisão oficial.

▪ Estado da Proposta Mutirão na COP30

A proposta “Mutirão”, introduzida pela presidência da COP30, emergiu tanto como tema inspirador quanto como um modelo prático de organização da conferência. Tem sido discutida ativamente, com a presidência incentivando Partes e atores a adotá-la como caminho compartilhado para mobilizar ação climática e reduzir a distância entre ambição e implementação.

Significado e Importância

- Mutirão é uma palavra portuguesa com raízes indígenas Tupi-Guarani, que significa esforço coletivo ou ajuda mútua em prol do bem comum.
- Na COP30, representa solidariedade, responsabilidade compartilhada e colaboração prática, de acordo com a tradição cultural brasileira de soluções comunitárias.
- Reenquadra a ação climática como “trabalho conjunto,” e não apenas “negociação conjunta.”

Como a COP30 Está Aplicando o Conceito

- Mutirão está sendo utilizado para conectar salas de negociação com ação concreta, assegurando resultados visíveis, práticos e inclusivos.
- Por meio da plataforma Global Mutirão, governos, sociedade civil, setor privado e atores locais são convidados a apresentar ações climáticas reais — desde iniciativas comunitárias até políticas públicas.
- Ele orienta a Agenda de Ação da COP30, incentivando esforços transformadores, cooperativos e escaláveis, indo além de promessas tradicionais.

Mutirão tornou-se o conceito-marca da COP30, combinando cultura, diplomacia e ação para inspirar cooperação global. Seu sucesso final dependerá não apenas dos resultados negociados, mas do quanto de ação climática real for mobilizada em todos os níveis — das comunidades locais ao cenário internacional.



Reflexão de Fé Após a Primeira Semana da COP30: Da Consciência à Missão

A primeira semana da COP30 expôs uma tensão clara: discussões importantes, porém urgência insuficiente, especialmente em financiamento, transição energética, adaptação e justiça para comunidades vulneráveis. Enquanto as negociações seguem, pessoas e ecossistemas já sofrem.

O conceito brasileiro de Mutirão — trabalho coletivo pelo bem comum — oferece uma lente pastoral significativa, totalmente coerente com Laudato Si' e a Doutrina Social da Igreja. Ele nos lembra que conversão ecológica exige responsabilidade compartilhada, não postura de espectador.

Um Chamado Triplo à Igreja e às Comunidades de Fé

1. Ser Voz Profética e Moral

- Afirmar a ação climática como dever ético, não mero debate técnico.
- Defender financiamento justo, transição rápida dos combustíveis fósseis e forte proteção aos povos indígenas e comunidades de linha de frente.

2. Viver o Mutirão na Prática

- Formar grupos de ação comunitária em paróquias, escolas e pastorais.
- Implementar ações ecológicas concretas: restauração, práticas alimentares sustentáveis, proteção da água, redução de resíduos e energia limpa.

3. Conectar Realidade Local com Incidência Global

- Documentar e amplificar histórias de impacto e resiliência.
- Priorizar vozes de povos indígenas, jovens, mulheres e comunidades marginalizadas.
- Promover escolhas éticas institucionais, incluindo operações sustentáveis e investimentos responsáveis.



A Semana Um trouxe diálogo construtivo, mas não avanços decisivos. A credibilidade da COP30 agora depende de a Semana Dois entregar compromissos alinhados à justiça e à ciência — não compromissos mínimos.

Como discípulos de Cristo, somos chamados não a assistir à história, mas a transformá-la com compaixão, coragem e responsabilidade comunitária.

A oração deve tornar-se testemunho, e o testemunho deve tornar-se ação.
Isto é Mutirão. Isto é missão. Isto é o Evangelho para o nosso tempo.